

FALTA DE MÃO-DE-OBRA PARA APANHAR DE ALGODÃO OU FALTA DE CONDIÇÕES POLÍTICAS E MATERIAIS?

Numa província tão densamente povoada como é a de Nampula porque a falta de mão-de-obra para a colheita do algodão? Esta é uma das interrogações que muita gente faz nesta bela capital nortenha, onde, à medida que os dias vão passando uma considerável parte dos 16 500 hectares deste produto estratégico começa a cair nos campos. De facto, onde estará o mal, para que após um ano agrícola em que todas as operações culturais foram integralmente executadas se afogue agora quase impossível colher o resultado deste esforço? Numa reflexão baseada em constatações e contacto com alguns trabalhadores nos algodões, tentaremos contribuir para a compreensão desta problemática.

O problema da força de trabalho de carácter sazonal para a apanha do algodão não é novo. Ele vem-se manifestando anualmente desde a criação do sector estatal, sobretudo nos últimos dois anos, quando se fizeram 11 a 14 mil hectares. Foi com base nessa experiência que no Plano Estatal Central de 81 se determinou que em Março último se deveria ter concluído o recrutamento da mão-de-obra para a fase de apanha.

No entanto, na sua quase totalidade, as 11 unidades de produção da Empresa Provincial do Algodão em Nampula só a partir de fins de Março e princípios de Abril, quando as primeiras cápsulas do algodão começaram a abrir, empreenderam a realização desta acção. E, em alguns casos, fizeram-no sem qualquer programa coordenado nem articulação consequente com as estruturas dos distritos, havendo inclusivamente uma unidade que «resolveu o problema» enviando notas aos administradores e circulares às localidades e círculos, para recrutamento de trabalhadores.

AS RAZÕES DO PROBLEMA

Este tardio início da mobilização e, sobretudo, a metodologia utilizada nessa acção são alguns dos principais factores que contribuíram para a situação que se vive hoje nas machambas estatais de algodão. Mas não só!

Entre as causas mais determinantes pode-se apontar o facto de grande parte — a esmagadora maioria — das populações nas zonas rurais se encontrar envolvida na colheita do seu próprio algodão e de outras culturas. Por nada deste mundo poderá o camponês aceitar perder as culturas da sua machamba individual para ir ganhar durante dois meses ou pouco mais os 62,50 meticals de jornada diária nas unidades estatais.

Uma outra questão séria é a dos abastecimentos. As machambas estatais do algodão em Nampula estão implantadas no interior das matas, onde praticamente não existe vida humana nas proximidades. Para lá chegarem, os trabalhadores saem de suas casas e percorrem 40 a 50 quilómetros, umas vezes no atrelado do tractor outras de camião. Dadas estas distâncias,

permanecem nas machambas durante períodos de 15 dias, dormindo em acampamentos, a que chamam casernas.

Mas nas unidades de produção o abastecimento de géneros alimentícios não é suficiente e mal chega é rapidamente absorvido. Assim, os trabalhadores trazem comida das suas casas para se aguentarem por 15 dias. Decorrido este período retornam ao lar, a fim de se reabastecerem e assim sucessivamente até ao fim da colheita.

Deste modo, durante a época da apanha do algodão vivem a maior parte do tempo nas machambas. De manhã cedo vão procurar lenha e deixam-na no acampamento para depois do trabalho virem preparar as suas refeições.

No entanto, este ano devido às secas que assolaram vários distritos as machambas não produziram alimentos em muitas das zonas que constituem as fontes de mão-de-obra sazonal. E os próprios abastecimentos locais são extremamente deficitários, havendo casos de fome aguda em alguns distritos, onde inclusivamente os rios estão sem água — os rios Monapo, Napipi (Mese-repane), Hampwezi (Jagaia) e Muile.

CAUSAS POLÍTICAS E RELACIONAMENTO COM O CAMPONÊS

Mas, além destes factores de ordem social, existem outras causas de fundo que consideramos eminentemente políticas.

Entre a massa camponesa no nosso

País falar de algodão é evocar o longo sofrimento e humilhação vividos por muitas gerações de moçambicanos. Vejamos este relato de Cintura Hamisse, velho sexagenário, colhedor de algodão na Unidade de Produção de Jagaia:

«Quando eu ainda era miúdo fui preso por um cipalo, porque o administrador tinha falado ao régulo Napipi que queria gente nova para o algodão. Como eu não queria, amarraram-me, bateram-me e meteram-me no carro. Trabalhei muitos anos em diferentes machambas, primeiro só recebia a farinha que comia, depois passaram a pagar-me três escudos (por dia), mais tarde passei para cinco escudos. Um dia, um meu amigo foi obrigado a ir colher algodão num lugar onde havia um enxame de abelhas. Depois de ser picado por todas aquelas abelhas caiu e acabou por morrer. O capataz, ria e dizia «ah, ah, ah... estás à rasca cabrão! Dança que elas te ouvem». Nunca mais esquecerei esse dia».

Este relato dramático ilustra o trauma que marcou milhares de camponeses, que na carne sofreram os horrores da opressão e exploração coloniais. Assim, quando Cintura Hamisse acrescenta que «eu prefiro abrir machamba, cortar árvores e semear o algodão, mas quando chega a vez de colher não gosto nada, porque era na colheita que nos

obrigavam a trabalhar como animais, enquanto nos batiam sempre com cavalo-marinho, este «eu» é silenciosamente partilhado por muitos camponeses. É o papel que a cultura do algodão (principalmente a colheita) desempenhou no período colonial que agora, perante a liberdade conquistada, faz brotar em muitos camponeses um sentimento de ódio recalcado contra esta tarefa.

E isto reforça a ideia de que o trabalho político na fase de mobilização para a apanha do algodão é fraco; ele resume-se a mero recrutamento administrativo. Já desapareceram os capatazes, cipalos e os espancamentos, é certo! Mas o camponês ainda não compreende profundamente a diferença que existe entre a cultura do algodão no tempo colonial e a cultura do mesmo algodão no Moçambique independente. Porque não se desenvolve um trabalho consequente e sistemático na perspectiva de se transformar o ódio que ele nutre pela antiga cultura forçada do algodão num instrumento que através da compreensão da nova realidade lhe permita produzir esse mesmo algodão, agora em liberdade, para que ele próprio possa sair da extrema miséria em que se encontra. E esse trabalho de mobilização política tem ainda e fundamentalmente de ser complementado por uma melhoria de condições de vida, nas machambas, o que, como acima referido é precário. A questão do abastecimento tem de ser cuidadosamente tratada.

A questão do relacionamento com o trabalhador do campo constitui uma outra limitante. A remuneração do apanhador de algodão é feita do seguinte modo: dois meticals por quilo até aos 30 quilos diários e quatro meticals /quilo, daqui por diante. Além desse prémio de dois meticals/quilo a partir dos 30 quilos, aquele que completa 500 quilos semanais recebe um estímulo de 250 meticals.

Segundo foi decidido numa reunião entre directores, este prémio deve traduzir-se num bem material palpável, por forma a que o camponês possa mostrá-lo à sua família, porque se for em dinheiro ele «pode gastá-lo na esquinha próxima e embriagar-se». Assim, os 250 meticals de prémio são obrigatoriamente convertidos em capulana, tecido, camisola para o filho, etc. na cantina da própria unidade de produção.

De facto, um tal procedimento não nos parece correcto.

E se o camponês preferir levar esse prémio em dinheiro?

Pode haver casos de camponeses que queiram efectivamente comprar capulana, mas também se pode dar o caso de preferirem comprar uma panela ou qualquer outro artigo que não existe na loja da machamba, ou ainda receber em dinheiro para ajudar a preparar o seu casamento.

Neste caso a nossa opinião é que não se deve «amarrar» o trabalhador só a capulana. Se esse tipo de estímulo existe cabe ao próprio escolher em que pretende empregar o dinheiro que lhe pertence, por direito, porque ele também, tal como toda a gente, tem o plano da sua vida!

ABEL FAIFE